



**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS**  
**CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONTROLE**  
**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2020**

1 Aos trinta e um dias do mês agosto de 2020, às 9h, reuniram-se ordinariamente os  
2 conselheiros da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do  
3 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de  
4 videoconferência, utilizando-se da plataforma *Google Meet*. **Participaram os**  
5 **seguintes conselheiros:** Tulio Bahia – IGAM; Leandro Vaz Pereira - Consórcio de  
6 Saneamento Básico Central de Minas CORESAB; Heloísa Cristina França Cavallieri –  
7 SAAE Itabirito; Rone Frank Silva – FIEMG; Lívia Mara de Oliveira Nogueira – VALE  
8 S.A; Marco Aurélio Andrade Correa Machado – Sindicato dos Produtores Rurais de  
9 Curvelo; Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos Doceiros e Agricultores  
10 Familiares de São Bartolomeu - ADAF. **Conselheiros ausentes:** Leopoldo Ferreira  
11 Curi – Agência de Desenvolvimento da RMBH; Eric Alves Machado – Prefeitura de  
12 Contagem; Humberto Fernando Martins Marques – Prefeitura de Belo Horizonte;  
13 Alvânio Ricardo Neiva Júnior – Prefeitura de Funilândia; Izabela Márcia Coelho de  
14 Abreu – ARSAE MG; José Mário Lobo Ferreira – EPAMIG;-Valmir Valter Barral Júnior  
15 – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios ADAO. **Participaram os**  
16 **seguintes convidados:** Luiza Baggio – Assessoria de Comunicação do CBH Rio das  
17 Velhas; Rubia Mansur; Thiago Campos, Ohany Vasconcelos – Agência Peixe Vivo;  
18 Dimas Correa, Derza Nogueira, Thais Alves, Luciana Gomes – Equipe de Mobilização  
19 do CBH Rio das Velhas; Allan Mota, Maria de Lourdes Amaral Nascimento, Maria  
20 Goretti Hausmann, Rodrigo Di Lorenzo, Rosângela Santos - IGAM. O coordenador  
21 Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Ato contínuo coloca  
22 em pauta a **aprovação da ata da reunião do dia 27 de julho**. Dimas Correa –  
23 Equipe de Mobilização, informa que Leopoldo Curi – Agência Desenvolvimento RMBH  
24 enviou por e-mail proposta de alterações entre as linhas 145 e 152. Tulio Bahia –  
25 IGAM sugere também alterações entre as linhas 206 e 207, que em função disso,  
26 constam agora entre as linhas 211 e 213. A ata é aprovada com uma abstenção, da  
27 conselheira Livia Mara de Oliveira Nogueira – VALE S.A. **Apresentação da proposta**  
28 **de seminário de saneamento rural do CBH Rio das Velhas:** Dimas apresenta  
29 proposta discutida pelo GT de saneamento rural durante reunião realizada em 17 de  
30 agosto. O seminário será realizado na modalidade de videoconferência, tendo como  
31 público alvo os conselheiros do comitê, das câmaras técnicas e dos subcomitês, em  
32 dois momentos diferentes, sendo o primeiro no dia 19 de outubro, e o segundo em  
33 data a confirmar, em função das eleições municipais. A proposta é aprovada por  
34 todos. **Apresentação da metodologia de indicadores de implementação dos**  
35 **PDRHs.** Inicialmente, por sugestão de Maria de Lourdes Amaral Nascimento -  
36 Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos do IGAM é realizada apresentação de

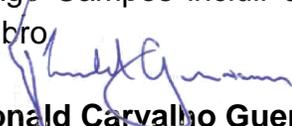
37 cada pessoa presente, com vistas a identificação e melhoria do diálogo. Na  
38 sequência, Maria de Lourdes contextualiza o trabalho realizado, a elaboração e  
39 implementação de planos diretores. Diz que muitos planos ficavam engavetados,  
40 principalmente planos em bacias cujos comitês não têm agência de bacia ou entidade  
41 a ela equiparada. Na sequência, passa a palavra para Allan Mota, servidor na mesma  
42 gerência, que apresenta os detalhes deste trabalho, a metodologia e os resultados do  
43 mesmo. Lembra que algumas perguntas precisam ser respondidas: Como  
44 implementar um PDRH? Como mensurar e verificar o que foi implementado? Tendo  
45 isto em mente é que se surgiu essa proposta, pensar metodologia de indicadores,  
46 objeto de seu mestrado. Este trabalho se encontra em desenvolvimento para cada  
47 ação dos planos de bacia do estado desde 2018. O objetivo principal é verificar o grau  
48 de implementação e entender o porquê de determinada ação eventualmente não ter  
49 sido implementada e poder fazer as correções necessárias, tanto nesta fase quanto  
50 na elaboração. Como exemplo, lembra que o CBH Rio Paraopeba usou essa  
51 metodologia em seu plano de ação. Esclarece que, apesar da qualidade dos estudos,  
52 a implementação das ações dos PDRH enfrenta dificuldades, tanto financeiras quanto  
53 técnicas, como o elevado valor das atividades previstas e o número restrito de  
54 analistas ambientais disponíveis para atuar diretamente no processo de execução.  
55 Outro obstáculo é a inexistência de mecanismos eficientes disponíveis para avaliar a  
56 implementação dos PDRH. A partir da análise dos indicadores é possível identificar  
57 quais as ações ou programas precisam de maior atenção e quais características  
58 presentes nas bacias hidrográficas com melhores resultados devem ser replicadas  
59 por favorecer a execução do plano de ação. Foram criados 02 indicadores: Índice de  
60 Implementação dos Planos de Ações (IPA), que mede qual é o grau de execução de  
61 cada uma das ações previstas nos PDRH. Esse índice varia de 0 a 1 em cinco  
62 escalas, onde 0 significa que a ação não foi iniciada e 1 aponta que ela está 100%  
63 concluída. Cada PDRH é composto de um programa com várias ações e o IPA é  
64 aplicado em cada uma dessas ações para verificar qual o grau de implementação de  
65 cada uma delas. O outro indicador é o Índice de Suporte à Gestão (ISG), criado para  
66 avaliar e acompanhar a capacidade de o comitê de bacia subsidiar a implementação  
67 das ações previstas nos planos de ações. O ISG também tem níveis em uma escala  
68 de 0 a 1 que estão vinculados à capacidade de suporte dos elementos avaliados,  
69 sendo 0 para o estágio péssimo de suporte e 1 para o estágio ótimo de suporte. O  
70 ISG é formado por um conjunto padronizado de 26 indicadores, distribuídos em seis  
71 componentes. Allan diz que uma das características dos indicadores é a flexibilidade,  
72 pois na medida em que o tempo passa, existe a necessidade de mudança e avaliação

73 de itens diferentes. Uma observação feita durante a análise dos PDRH é a  
74 participação das instituições de ensino, pois o maior envolvimento destas agrega mais  
75 conhecimento e facilidade de implementação. Allan esclarece que a intenção não é  
76 cobrar, e sim apontar caminhos para conseguir melhorar a implementação dos  
77 indicadores. Cita como exemplo que, no caso do CBH Rio das Velhas, foi possível,  
78 por meio da aplicação da metodologia nos anos de 2017 e 2018, observar uma  
79 melhoria na frequência dos conselheiros. Outra consideração observada a partir da  
80 aplicação da mesma diz respeito ao componente 03 do PDRH Rio das Velhas,  
81 vinculado ao saneamento, que possui o valor mais baixo. Por fim, diz que este foi o  
82 primeiro do Brasil a avaliar exatamente percentual de implementação. Informa o  
83 relatório de avaliação será enviado aos conselheiros assim que for concluído. Ronald  
84 agradece a participação e compartilhamento de informações. Contudo, entende que  
85 não viu autocrítica do IGAM, uma vez que o contingenciamento dos recursos da  
86 cobrança afeta negativamente o resultado das ações. Considera importante  
87 apresentar os indicadores ao lado da contribuição do IGAM em relação ao que foi  
88 executado. Se não houver contingenciamento, os índices poderiam ser melhores.  
89 Allan considera importante o apontamento destes itens por parte dos conselheiros.  
90 Diz que irão sim trabalhar em novos indicadores e que já estão pensando no  
91 desenvolvimento de algum que avalie o recurso repassado ao comitê. Pensa no  
92 sistema como ciclo. Se um ente do sistema cai, é difícil pensar a roda girando  
93 corretamente. Quanto mais executar, mais será possível alavancar recurso. Ronald  
94 aborda também o Fhidro, ao quais os projetos não foram totalmente executados.  
95 Lembra que nunca houve fiscalização da execução destes, e considera ser uma  
96 situação a ser avaliada. Entende que se não fiscalizar, principalmente os projetos de  
97 prefeituras, ao mudar de governo, o projeto é abandonado. Allan informa que estes  
98 projetos também foram avaliados no estudo de indicadores, e com a nova lei, será  
99 mais fácil identificar tais resultados. Na sequência, alerta que este trabalho avalia a  
100 execução da ação, mas não o impacto da mesma para a bacia, que, no caso, seria  
101 indicador de resultado. **Discussão da proposta de Plano Plurianual de Aplicação  
102 dos recursos da Cobrança 2021-2023.** Thiago Campos – Agência Peixe Vivo  
103 apresenta o detalhamento do PPA para o triênio 2021-2023. Lembra que a priorização  
104 das ações leva em conta o PDRH Rio das Velhas e o histórico do comitê, e que o  
105 documento é dividido em três eixos: ações de gestão, ações de planejamento e ações  
106 estruturais. Estão previstos um total de R\$ 77.335.100,00, sendo R\$ 20.165.100,00  
107 para 2021; R\$ 31.487.000,00 para 2022 e R\$ 25.683.000,00 para 2023, distribuídos  
108 em 22 rubricas. Lembra que o documento descreve e detalha cada componente, com

109 subcomponente, ação programada, atividade, investimento correspondente ao PDRH,  
110 descrição da atividade, justificativa, resultados esperados e orçamento preliminar. Diz  
111 que, por experiência, ações estruturais alocam maior recurso, e que algumas rubricas  
112 não foram priorizadas no PPA, por dependerem de certo nível de articulação, que às  
113 vezes é complicado. Finalmente, esclarece que na memória de cálculo apresentada,  
114 os valores contingenciados são considerados. Tulio sugere explicitar a relação da  
115 ação do PDRH com o investimento proposto para quem está analisando, para efeitos  
116 de controle. Diz sentir falta de uma legenda da cor da ação prevista no plano. Thiago  
117 entende e diz não ter o hábito de fazer essa identificação, mas pode fazer distinção  
118 da prioridade de cada ação, cada seja decisão da câmara. Ronald entende que o grau  
119 de prioridade é estabelecido pela câmara e pelo comitê. A agência faz uma proposta,  
120 mas a definição é do comitê. Considera ser decisão de a câmara respaldar o que a  
121 agência vai apresentar, como todo o PPA. Tulio esclarece a prioridade ao qual sugere  
122 é no sentido de a própria agência ter oportunidade de esclarecer a terceiros que não  
123 estão no contexto do comitê, que o plano de investimentos apresenta pré-requisitos  
124 para outra ação elencada. Para que a agência possa explicar esse encadeamento e  
125 complexidade das ações, para controle das pessoas que estão por fora das ações  
126 envolvidas. Ronald solicita então para Thiago elaborar a tabela de prioridades e  
127 apresentar em próxima reunião. Thiago concorda, e a título de informação diz que o  
128 Conselho Estadual de Recursos Hídricos deverá aprovar a proposta de correção  
129 monetária dos Preços Públicos Unitários - PPU Rio das Velhas, e que já está  
130 incorporado ao PPA. Leandro Pereira – CORESAB, comenta a respeito da  
131 atualização de cadastros de usuários. Entende que quem faria esse trabalho é o  
132 IGAM. Diz ser importante não deixar de pautar e o comitê fazer ofício para discutir  
133 essa atualização. Entende que fazer atualização de valores é importante, mas não  
134 pode esquecer de que essa atualização é uma forma de aumentar receita e aumentar  
135 a responsabilidade dos usos do recurso. Allan informa que até 5 anos atrás o comitê  
136 contratava consultoria que ia a campo. Contudo, isso não é mais viável, pois o custo  
137 do contrato é muito alto, maior inclusive do que o valor a ser pago pelo usuário.  
138 Informa que o IGAM está realizando um trabalho de vinculação, fazendo cadastro  
139 atualizado e aprimorando esse sistema. Entende que fazer campanhas de  
140 convocação ao cadastro dos usuários é o mais viável, com participação do comitê. O  
141 importante é estar de olho no valor da cobrança, se está de acordo com as ações e  
142 objetivos do plano. Leandro concorda, mas entende que pelo lado ambiental, é  
143 necessário observar, em função da oferta de água. Propõe fazer atualização dos  
144 cadastros de intervenções passíveis de cobrança. Aos demais, fazer campanha de

145 conscientização, sem aplicação de multa. Thiago diz que é coerente a fala de Allan.  
146 Na cobrança, esse reflexo é mínimo. Diz que o poder de arrecadação se concentra  
147 em 10, 15 usuários. Entende essa atualização tem reflexo a partir de um ponto de  
148 vista ambiental. Ronald sugere à câmara concluir a análise do PPA na próxima  
149 reunião e retornar os resultados à diretoria. E fica definido que novas manifestações  
150 deverão ser enviadas pelos conselheiros até o dia 18 de setembro. Não havendo  
151 nenhum outro assunto a tratar, a reunião é encerrada. **Encaminhamentos:** Allan  
152 Mota disponibilizar apresentação dos indicadores do PDRH aos conselheiros; Dimas  
153 Correa definir data para o segundo dia do webnário de saneamento rural e formalizar  
154 o convite aos palestrantes; Thiago Campos incluir a tabela de prioridades do PPA;  
155 próxima reunião em 28 de setembro

156  
157  
158



**Ronald Carvalho Guerra**  
**Coordenador da CTPC**